

Políticas Públicas de Empreendedorismo para a População de Baixa Renda: Transformando Necessidades em Oportunidades

PUBLIC POLICY ENTREPRENEURSHIP FOR LOW-INCOME POPULATION: TRANSFORMING NECESSITIES IN OPPORTUNITIES

Resumo

O presente artigo tem como proposta caracterizar e analisar, de maneira exploratório-descritiva, e baseando-se em dois estudos de caso, os programas de apoio ao empreendedorismo para classes sociais de baixa renda, nos seguintes municípios do Estado de São Paulo: São José dos Campos e Tarumã. O objetivo é gerar subsídios para um melhor entendimento de questões ligadas ao empreendedorismo público, assim como propor sugestões para o aperfeiçoamento das experiências aqui destacadas. São enfocados os seguintes aspectos: efetividade dos programas e políticas, planejamento integrado do município e inserção social, principais desafios a serem superados e sugestões de caminhos a serem seguidos. O estudo dos casos selecionados e a revisão de literatura formam a base para um conjunto de reflexões que visam contribuir para aumentar a eficácia e eficiência dos programas aqui analisados e que estão inseridos no planejamento integrado e sustentável de seus municípios. Os resultados demonstram que, apesar de haver um bom entendimento quanto ao atendimento das expectativas e potencialidades do público-alvo dos programas, eles ainda apresentam falhas na operacionalização, havendo espaço para se investir na otimização e integração das ações. O aumento de oferta de crédito produtivo, por exemplo, teria impacto positivo para o desenvolvimento de ações de empreendedorismo focadas nesse público.

Palavras-chave: empreendedorismo; planejamento integrado e sustentável dos municípios; inserção social; combate à pobreza e desenvolvimento econômico.

Henrique Flory - flory@arteciencia.com.br; flory@hfm.com.br

Mestre em Administração de Empresas pela FGV-EAESP (2009) e em Administração Pública pela Harvard University (2011). Consultor na área de empreendedorismo público e foi representante do Grameen Bank no Brasil entre 2009 e 2010.

Tales Andreassi - tales.andreassi@fgv.br

Doutor em Administração de Empresas pela FEA-USP (1999). Professor do Departamento de Administração da FGV-EAESP, onde também é coordenador do Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios (FGV-CENN).

Marco Antonio Carvalho Teixeira - marco.teixeira@fgv.br

Mestre (1999) e Doutor em Ciências Sociais (2004) pela PUC-SP. Professor do Departamento de Gestão Pública da FGV-EAESP, onde também é pesquisador do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (FGV-CEAPG) e Vice-coordenador do curso de graduação em Administração Pública.

Artigo submetido no dia 15.04.12 e aprovado em 10.06.13



Esta obra está submetida a uma licença Creative Commons

ABSTRACT

This paper aims to describe and analyze, in an exploratory-descriptive way, two case studies on support programs for entrepreneurship among low-income populations, in the communities of São José dos Campos and Tarumã. The goal is to identify evidence that points to and corroborates flaws in these programs in order to offer improvements for them. The focus of this work will be the effectiveness of the programs and policies, integrated municipal planning and social inclusion, primary obstacles and facilitators of these programs, and suggestions and paths to follow. The selected case studies and the literature review form the basis for a series of reflections and suggestions to improve the efficiency and efficacy of the programs themselves, within the integrated and sustainable planning by municipalities. The results show that, despite the managers being clearly aware of the failures and needs of existing programs, and having a good understanding of the expectations and capabilities of the target-audience, the programs still fail to put into action the solutions that would correct these failures and integrate and optimize these solutions.

Keywords: *Entrepreneurship, Sustainable and integrated planning by the city, Social inclusion, Poverty Reduction, Combat on Poverty, Economic Development.*

1. Introdução

O empreendedorismo tem sido objeto de estudo das mais diversas áreas do conhecimento, como Economia, Sociologia, Administração, Psicologia, Educação, entre outras, por ser um relevante vetor de transformação dos cenários econômicos, possibilitando a ascensão de classes sociais de baixa renda. É identificado, por economistas e administradores, como uma das principais forças dinâmicas de crescimento e desenvolvimento socioeconômico, com grande potencial para gerar riquezas, viabilizar inovações e contribuir para o progresso do País.

O desenvolvimento dos países, inicialmente concebido e atrelado a aspectos filosóficos, políticos e econômicos, adquire, em nossos dias, uma visão mais pragmática, integrando-se a outros aspectos, como o social, o institucional e o ambiental, fundamentando-se em novos paradigmas e em uma visão mais ampla de cidadania, que pressupõe a inclusão social e uma melhor

distribuição de renda.

A mudança de expectativas na compreensão do conceito de desenvolvimento reflete-se em novas teorias e políticas de desenvolvimento (SEN, 1981; SEN, 2008; SINGER, 2002; SUPPLY, 2008), notadamente a partir de 1980, quando se consolida a ideia de se alcançar o “desenvolvimento local, integrado e sustentável” (VERGARA, 2004), estruturado e visto como uma busca integrada que envolve ação conjunta de diferentes segmentos sociais: econômico-financeiro, político-institucional, científico-tecnológico e de saneamento, sociocultural e jurídico legal, entre outros (SACHS, 2005).

Configura-se, assim, um novo modelo de desenvolvimento, que não se apoia somente na captação de recursos externos, mas também busca possibilidades e iniciativas que advenham de políticas e instrumentos de fomento produtivo no âmbito local (YUNUS, 2000; POLAK, 2008), incentivos às indústrias e aos produtores, com arranjos produtivos locais, oportunidades de ocupação e geração de renda, por meio de associações,

cooperativas e ações sociais, visando à melhoria da qualidade de vida e preservação do meio ambiente, sob a forma de capacitação das próprias comunidades para obtenção de renda, criação de vias de comércio amplas e formação de mercados locais.

Centra-se, assim, uma grande preocupação, de diferentes administrações municipais, na busca de um tipo de desenvolvimento mais adequado ao presente, privilegiando-se políticas que postulem um desenvolvimento integrado, harmonioso e, acima de tudo, sustentável, que possa preservar os recursos e o meio ambiente para a sobrevivência das futuras gerações. Desenvolvimento integrado e sustentável pressupõe planejamento ascendente, autonomia e participação da população local, bem como análise e perspectivas de mercado, como foco na melhoria do padrão de vida dos habitantes, com interação das dimensões ambiental, social, político-institucional e econômica, preservando-se, conseqüentemente, a competitividade, sustentabilidade, liquidez e governabilidade (Guimarães, 1994).

As iniciativas locais, quando estão voltadas às expectativas da população do município, podem, pela proximidade dos cidadãos, promover o controle social e institucional, sendo mais realistas em relação ao contexto local e suas vocações, mais eficientes e mais econômicas (POLAK, 2008). Tais iniciativas são ainda mais relevantes quando se leva em conta o número de pessoas que poderão se beneficiar dessas ações. Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas – IPEA (2011), utilizando os critérios de elegibilidade dos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF), revela que o grupo de pobres representa cerca de 120 milhões de pessoas e pode ser dividido em três estratos de renda: os extremamente pobres,

que, em 2009, tinham renda de até R\$ 67 mensais (9 milhões de pessoas); os pobres, com renda entre R\$ 67 e R\$ 134 (18 milhões de habitantes); e os vulneráveis, com renda entre R\$ 134 e R\$ 465 (81 milhões de moradores).

Após a Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 2003), apesar dos processos de descentralização política e econômica, ainda se verificam problemas financeiros decorrentes da falta e do atraso nos repasses de verbas federais e estaduais. Desse modo, muitos municípios, sobretudo os de pequeno porte, apresentam sérias dificuldades na concretização de ações voltadas para apoio a políticas de desenvolvimento local, dependendo em demasia de repasses federais, sobretudo daqueles oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), na medida em que assumiram novas atribuições sem receitas próprias equivalentes que lhes permitam a realização de investimentos.

Tornam-se indispensáveis iniciativas que concretizem ações diversas, tanto pela implementação de incentivos e políticas de inclusão, que aumentem as possibilidades de envolvimento das classes sociais de baixa renda, quanto pela participação de prefeituras e empresas parceiras em ações coletivas, que garantam a inserção e manutenção dos participantes no mercado de trabalho. É crucial que a administração municipal participe de programas bem-sucedidos operados por prefeituras, associações comunitárias, Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras organizações do terceiro setor ou mesmo do mercado, em iniciativas voltadas para a promoção do empreendedorismo em classes sociais de baixa renda, que possibilite a inclusão social de pessoas que se encontram fora do mercado formal de

trabalho.

Os desafios que se apresentam aos municípios relacionam-se com políticas de desenvolvimento que ultrapassam simplesmente a necessidade de dirigentes e servidores qualificados, centrando-se na criação de novas alternativas que implantem ações eficazes para a promoção do desenvolvimento sustentável com inclusão social e oportunidades concretas para os cidadãos de baixa renda.

Os municípios, na sua maioria, crescem a reboque do desenvolvimento nacional e de perspectivas e características regionais, nem sempre planejadas racionalmente, mas induzidas por fatores diversos. A evolução da sociedade e o advento da globalização geram inúmeros problemas e incertezas, mas, ao mesmo tempo, oferecem novas oportunidades, em um ambiente altamente competitivo, que vai exigir a construção de uma nova cidade, sob o conceito de um “município intencional”, com organização integrada, planejamento sustentável e gestão participativa (LOPES, 1998).

É preciso, portanto, que esse “município intencional” não somente planeje seus princípios e ações norteadoras de políticas públicas municipais, mas que se preocupe também em criar oportunidades e ações efetivas de inclusão no mercado de trabalho e melhores condições para interação social e qualidade de vida das classes sociais de baixa ou nenhuma renda (SINGER, 2002; SUPPLY, 2008; SACHS, 2005).

O presente artigo tem como proposta caracterizar e analisar, de maneira exploratório-descritiva, e baseando-se em dois estudos de caso, os programas de apoio ao empreendedorismo para classes sociais de baixa renda, em São José dos

Campos e Tarumã, municípios do Estado de São Paulo. O objetivo é gerar subsídios para um melhor entendimento de questões ligadas ao empreendedorismo público, assim como propor sugestões para o aperfeiçoamento das experiências aqui destacadas. Os estudos de caso apresentados foram desenvolvidos em dois municípios paulistas: São José dos Campos, grande município que é considerado polo econômico de base industrial e tecnológica do corredor Rio-São Paulo, com cerca de 500 mil habitantes; e o pequeno município de Tarumã, no vale do Paranapanema, região oeste do Estado de São Paulo, com população inferior a 20 mil habitantes e cuja economia é baseada na agricultura. Tais diferenças são significativas para a abordagem do tema empreendedorismo, na medida em que podem emergir questões importantes para pensar políticas públicas sobre essa questão e que são destinadas a realidades distintas.

2. Evolução do Empreendedorismo

Landstrom e Benner (2010) analisaram a evolução do empreendedorismo como campo de pesquisa, destacando que Cantillon (1755) foi o primeiro autor a dar ao empreendedorismo um significado econômico mais preciso, sendo seguido por Quesnay (1694-1774), Adam Smith (1723-1790) e Say (1767-1832). No entanto, o pensamento empreendedor só viria a se estruturar de maneira mais homogênea, como campo de pesquisa, a partir do século XX.

Assim, Landstrom e Benner (2010) dividem o pensamento empreendedor em três eras: a era Econômica, a era das Ciências Sociais e a era do *Management*. A era Econômica é caracterizada principalmente pelos trabalhos de Knight e Schumpeter, segundo os quais o empreendedor é visto

como um indivíduo que consegue trabalhar em ambientes de grande incerteza, sendo agentes da inovação. Para Schumpeter (1934), o empreendedor é um “*wild spirit*”, que transforma a ordem vigente por meio da inovação. A era das Ciências Sociais contempla os trabalhos de Weber, dos historiadores e de McClelland, segundo o qual o empreendedor é caracterizado por uma série de traços de personalidade. Por fim, na era do *Management*, a pesquisa em empreendedorismo acaba se aproximado do campo da Estratégia, sendo marcada pela emergência de um grupo de autores que adota o empreendedorismo como campo de estudo. Em cada uma dessas eras, a definição de empreendedor acaba variando, especialmente em função dos princípios que fundamentam o trabalho desses autores.

Da mesma forma que a definição de empreendedor varia conforme os autores que se destacam em determinados períodos, o desenvolvimento do comportamento empreendedor também é marcado por tendências que se alternam. Estudiosos da área têm dado ênfase à importância de atividades extracurriculares e cursos de treinamento para desenvolver habilidades em liderança e empreendedorismo nos jovens, como resultados altamente satisfatórios para suas vidas adultas (QUINN, 1999; DOLABELA, 1999; DORNELAS, 2001; JOHNSON, 2003). O mesmo procedimento, aplicado a jovens e adultos, isto é, a participação em cursos, treinamentos e orientação vocacional, mais monitoramento e aconselhamento, pode gerar resultados positivos, dependendo da continuidade das políticas públicas, a fim de que se produzam resultados sustentáveis.

Dessa maneira, estudos sobre empreendedorismo, sob diferentes condições, desde países com um alto grau de desenvolvimento até os mais carentes e os em ascensão, vêm sendo produzidos por diversos

autores e serão examinados para avaliar os diferentes contextos e sua aplicabilidade no Brasil (MCCLELLAND, 1962, 1971, 1987; MELO NETO; FROES, 2002).

O estudo desenvolvido pelo Global Entrepreneurship Monitor – GEM (2005) mostra que, nos dias de hoje, o empreendedorismo é quase sempre associado à tecnologia e à inovação (SARASVATHY, 2001), e ao crescimento exponencial. No entanto, empreendedorismo é muito pouco associado à necessidade das pessoas de baixa renda, com algumas exceções.

Mudanças nas teorias do desenvolvimento, relacionadas às pesquisas sobre empreendedorismo e desenvolvimento, são estudadas por autores diversos, destacando a relevância do papel do empreendedorismo na sociedade atual (AMIT; GLOSTEN; MULLER, 1993; SEN, 2008; YUNUS, 2000; SACHS, 2005). Exceções devem ser feitas também aos estudos de empreendedorismo social, como os trabalhos do Banco Grameen, de Paul Polak com o International Development Enterprises (IDE), ou ainda os estudos como o impacto que as Casas Bahia causam nas populações brasileiras de baixa renda, os programas de bolsas de estudos para meninas como o “Instituto Bom Aluno”, no Brasil, e o “Room to Grow”, na Ásia (POLAK, 2008; WOOD, 2006; PRAHALAD, 2005). Todos esses trabalhos mostram experiências bem-sucedidas de apoio ao empreendedorismo para populações de baixa renda, particularmente do sexo feminino e em idade escolar, que geram resultados mais consistentes e duradouros.

Outro conceito norteador está na diferenciação de motivação entre os empreendedores por *oportunidade* e os empreendedores por *necessidade* (GEM,

2005). Os empreendedores por *oportunidade* possuem alternativas profissionais, além de se tornarem empreendedores, e decidiram empreender por vislumbrar uma oportunidade de mercado, enquanto os empreendedores por *necessidade* são impelidos a empreender por falta de opções, ou seja, falta de qualificação profissional e desemprego, e iniciam empreendimentos caseiros, sem estrutura ou estratégia. Para os efeitos deste trabalho, as divisões entre empreendedores *nascentes*, *novos* e *estabelecidos* serão também utilizadas na classificação da população atingida em cada programa analisado, sendo dada maior ênfase aos empreendedores nascentes.

Definem-se como empreendedores nascentes aqueles cujos empreendimentos não ultrapassam dois anos de existência; empreendedores novos situam-se entre dois e cinco anos e os estabelecidos comandam empreendimentos com mais de cinco anos de existência.

Os mesmos estudos denotam a grande mortalidade de empreendimentos iniciados *por necessidade*, comparativamente àqueles iniciados *por oportunidade*. Além da longevidade, os últimos tendem a gerar mais empregos e apresentar taxas de crescimento maiores.

Assim, pelo exposto anteriormente, faz-se necessária uma clara política pública que consiga transformar nosso contingente de empreendedores por necessidade em empreendedores por oportunidade. Nesse desafio, encontram-se alinhados as políticas públicas e os empreendedores sociais, conforme afirmam tanto Yunus (2000) quanto Sen (2008). De acordo com Oliveira (2003), os empreendedores sociais tornam-se “agentes de mudança no setor social”.

3. Estratégias de Desenvolvimento e

Combate à Pobreza

Não é incomum que estudos sobre pobreza destaquem a importância da inclusão econômica para que os grupos sociais mais vulneráveis possam, com isso, ganhar capacidade de se colocarem como protagonistas de seus próprios destinos e, desse modo, colaborar para a construção de uma sociedade mais justa economicamente e menos assimétrica na distribuição e acesso a instrumentos de poder e outros recursos necessários ao desenvolvimento humano. Entretanto, faz-se necessário lembrar que pobreza é muito mais um conceito social que uma definição meramente econômica e focada nas condições do indivíduo de maneira isolada. Adotar unicamente a inclusão econômica como instrumento central para as políticas de enfrentamento à pobreza pode ser uma ação equivocada, na medida em que fatores conjunturais podem provocar, em pouco tempo, tanto situações de melhoria como de precarização das condições de vida dos beneficiados.

Com diz Sen (2000), muito mais importante do que discutir a variável renda como instrumento único de combate a pobreza é levar em consideração o quanto, de fato, está se ampliando a qualidade de vida do grupo social, qualidade esta que não é mensurada apenas no que se refere ao poder de compra, mas, sobretudo, com relação ao exercício das cinco liberdades que ele considera fundamentais para a dignidade humana: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora. Ou seja, inclusão econômica sem ampliação das liberdades, que se consubstancia no exercício pleno dos direitos, pode não ser uma política de combate à pobreza eficaz. Um grupo social que não está preparado para apresentar

demandas, resistir à perda dos direitos ou construir meios próprios para a sobrevivência da comunidade, por mais que tenha renda, continua vivendo algum tipo de situação de dependência. Além disso, ter dinheiro não significa necessariamente ser reconhecido como igual aos outros, na medida em que a pobreza é também vinculada à ausência de poder. Existem muitas pessoas com recursos que possuem suas liberdades restringidas em função de sua origem étnica, opção sexual, crença religiosa ou valores culturais.

Assim, é importante assumir que uma política de enfrentamento à pobreza que vislumbre impactos mais duradouros, em vez de soluções paliativas, precisa considerar que a inclusão econômica deve vir, necessariamente, acompanhada da disponibilização de canais públicos de acesso a direitos básicos, como saúde, educação, assistência social, entre outros, assim como de instrumentos de queixa (ouvidorias, defensorias, acesso à justiça etc). Por isso, uma análise mais profunda sobre o conceito de desenvolvimento que norteia as ações empreendedoras é sempre necessária. Perguntas do tipo “crescimento econômico sem ampliação das liberdades é desenvolvimento?” ou “crescimento econômico com concentração de renda é desenvolvimento?” são essenciais. É importante não perder de vista que uma atividade econômica que maximiza lucros e minimiza o rendimento de seus trabalhadores, por mais que esteja remunerando seus funcionários, também está perpetuando as condições de precariedade socioeconômica em que estes vivem.

É inegável que o homem, hoje, vive em melhores condições econômicas do que em qualquer outra época da humanidade, e que esses avanços devem-se, em grande parte, à atividade empreendedora (SCHUMPETER, 1934, 1942; GEM, 2008). É inegável, também, que ainda persistem alguns bolsões de pobreza

em miséria, como a África subsaariana e partes da Ásia, e que se mostram mais difíceis de combater do que em quaisquer outras partes do mundo (SACHS, 2005). Por trás disso, não estão somente questões ligadas à necessidade de crescimento econômico. A ausência de liberdade também é tida não apenas como consequência mas também como causa da existência e persistência da pobreza.

O Brasil, nesse contexto, já é considerado um país relativamente rico, não estando entre as 50 nações mais pobres do mundo (portanto não sendo objeto de ajuda internacional) e sendo, atualmente, até mesmo credor do FMI; porém, mesmo apresentando tal situação, o combate à pobreza no Brasil ainda apresenta um longo caminho diante das imensas desigualdades regionais e sociais que precisam ser minimizadas. Vergara (2004) afirma que só se concebe a possibilidade de resolução dos problemas municipais e regionais pela ação coordenada de todos os atores sociais: governo, sociedade civil organizada e setor privado.

Como alternativa, temos teorias que defendem a divisão pura e simples de uma parcela da riqueza da nação (ou das nações) para o conjunto de toda a população, especialmente os mais necessitados (SUPLICY, 2008). No Brasil, diversos programas de transferência de renda já foram ou estão sendo desenvolvidos, com especial destaque para o “Bolsa Família”, que internacionalmente é reconhecido como uma das ações que contribuíram para a redução da pobreza no País.

Propostas dessa natureza, apesar do inegável apelo social, têm sido duramente criticadas por estudiosos (YUNUS, 2000; POLAK, 2008), que as acusam de apenas “dar o peixe ao invés de ensinar a pescar”

ou mesmo por criarem currais eleitorais formados por pessoas despreparadas e que, com a ajuda, prendem-se em uma espiral de inação e acomodamento com as benesses estatais. Entretanto, faz-se necessário relativizar tais críticas, na medida em que existem pessoas que estão tão desnutridas que precisam, inicialmente, de alimento e capacitação para a busca de sua própria emancipação (SACHS, 2005). A crítica, no caso, é pertinente quando o programa social limita-se a oferecer benefícios, sem que haja políticas complementares de inserção do beneficiário em programas de geração de renda e ações que visem à garantia de direitos. O Bolsa Família, pelo alcance que representa – 11 milhões de famílias e cerca de 40 milhões de pessoas beneficiadas diretamente pelo programa, se considerarmos o tamanho médio de quatro pessoas por família brasileira –, ainda possui uma baixa capacidade de saída via programas de geração de renda e qualificação de seus beneficiários e, ainda, está pouco articulado com programas de educação e com os demais programas sociais brasileiros, sobretudo aqueles de caráter emancipatório, em que pese a sua recente integração com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) .

4. Importância do Empreendedorismo Social e sua Inserção no Planejamento Integrado e Sustentável dos Municípios

Tendo em vista o propósito deste estudo, faz-se premente a discussão sobre empreendedorismo social, confrontando individualismo e coletivismo. Se nos detivermos em uma visão individualista, a análise de projetos de inclusão, de incentivo, os empréstimos creditícios e até mesmo o estudo de uma cultura empreendedora na

sociedade brasileira perdem grande parte de sua importância.

Particularmente para os projetos e programas de incentivo ao empreendedorismo nas comunidades de baixa renda, faz-se necessário entender o empreendedorismo e a educação para o empreendedorismo em seu caráter coletivista, ou seja, associado à formação de cooperativas e grupos de pessoas que empreendem juntas.

Admitindo-se, por tudo que já foi dito, a importância do empreendedorismo social nos países em desenvolvimento, cumpre pensar se os programas desenvolvidos para tal fim devem ser feitos por meio de políticas públicas nacionais, estaduais ou municipais e como conseguir a adesão das empresas privadas. Na verdade, é preciso que haja programas nos três âmbitos governamentais, ou então articulados por essas três instâncias de governo em uma única ação. No entanto, o sucesso de programas de empreendedorismo e inclusão social só acontecerá se for parte integrante do planejamento municipal, partindo das necessidades e oportunidades decorrentes de realidades locais.

Cabe ao município aproveitar os incentivos e apoios existentes nas políticas nacionais e estaduais, incorporando-as em seu planejamento integrado e sustentável, promovendo a transformação dos espaços locais e pensando o desenvolvimento de maneira planejada, organizada, integrada, participativa e sustentada (KIECKHÖFFER, 2005). Organizar cooperativas, associações, grupos de apoio às micro e pequenas empresas, viabilizar aportes creditícios, entre outras ações, propiciam modificações comportamentais e estruturais, fazendo do espaço local a chave para o desenvolvimento nacional e global.

O desenvolvimento, a partir das menores células políticas – os municípios –,

não pode ocorrer de modo acidental e ocasional, mas deve ser construído e pensado de maneira integrada e sistêmica, envolvendo os diversos segmentos que compõem o organograma do município: segmentos sociais, econômicos e ambientais, embasados pelos segmentos administrativos, políticos, institucionais, tecnológicos e jurídico-legais. É o conceito de cidade intencional proposto por Lopes (1998).

Cabe aos municípios a definição de critérios indicadores do desenvolvimento desejável e possível para os interesses locais e regionais, objetivos a serem atingidos a curto, médio e longo prazos. É indispensável que os programas de incentivo estaduais e federais sejam incorporados na estrutura organizacional do município, onde necessariamente estejam previstos e planejados os programas de inclusão, promovendo a capacitação de pessoas de baixa renda e incentivando o empreendedorismo e a empregabilidade, com programas coletivos. Incluem-se aí a organização de cooperativas e associações, o oferecimento de cursos profissionalizantes e de qualificação que não só proporcionem a formação de novos empreendedores e profissionais de mercado, mas principalmente acompanhem seu desenvolvimento, para que haja continuidade e permanência das ações propostas nos Planejamentos Integrados dos Municípios.

A autonomia dos municípios brasileiros, prevista no artigo 30 da Constituição de 1988 (BRASIL, 2003), tanto assegura como limita atribuições, direitos e prerrogativas sob três aspectos: o político, na composição do governo e na edição de normas locais; o administrativo, que prevê organização e execução de serviços públicos, e o financeiro, que envolve decretos, arrecadação e aplicação de impostos municipais. Constitui-se o município como ponto-chave para a descentralização de políticas públicas, algo indispensável para as

dimensões continentais do País. É por meio do planejamento integrado e sustentável que as comunidades locais podem decidir seus assuntos de interesse imediato, as suas propostas para o futuro, trilhando o caminho para garantir o exercício da cidadania, utilizando os repasses de verbas estaduais e federais a que têm direito e explorando suas potencialidades com vistas a um desenvolvimento autossustentável.

5. Metodologia

5.1. natureza da Pesquisa

Optou-se neste artigo, como já foi dito, por uma pesquisa exploratório-descritiva, bem como pela utilização do estudo de caso, por meio de dois programas municipais de inclusão social e profissional, onde o empreendedorismo é desenvolvido por meio de associações e grupos de trabalho, partindo do Planejamento Integrado Municipal, contando com fomento público e acompanhamento por parte da administração pública.

A pesquisa exploratória tem como finalidade o estudo do empreendedorismo como uma forma de inclusão social, inserido no desenvolvimento sustentável dos municípios. A revisão de literatura estabelece relações entre os tópicos estudados por meio da análise do material documental e bibliográfico, à disposição do pesquisador. Segundo Gil (1994) e Cervo e Bervian (2002), pesquisas exploratórias contribuem para esclarecer, relacionar e modificar relações de causa e efeito entre os elementos estudados.

Por seu lado, as pesquisas descritivas enfocam os elementos de descrição, documentação, análise, compreensão e correlação de fatos e suas variáveis,

evitando envolvimento subjetivos, mas antes buscando relacionar, objetivamente, situações e relações presentes na vida social, cultural, econômica e política, entre outros aspectos, que ocorrem em grupos e comunidades de maior complexidade (HENRIQUES; MEDEIROS, 2001; CERVO; BERVIAN, 2002).

Serão efetuadas descrições dos dois casos selecionados para esta pesquisa, buscando conhecê-los tanto por meio de seu perfil socioeconômico como pela análise dos resultados obtidos e o sucesso dos programas desenvolvidos, dentro das metas propostas pelas respectivas prefeituras que os desenvolveram.

A pesquisa descritiva analisa as relações entre duas ou mais variáveis de um mesmo caso, tentando localizar condições ou situações reais e espontâneas, constatando e avaliando relações entre elas, sem manipulá-las. Segundo Kerlinger (1975), a pesquisa descritiva tem maior espontaneidade e admite maior grau de generalização do que o existente na pesquisa exploratória.

5.2. Método de Pesquisa

Tendo-se definido o caráter exploratório-descritivo dado à pesquisa, é preciso pensar qual o método mais adequado para ao trabalho em pauta: estudo de caso, levantamento, experimentos, história ou análise de informações em arquivos ou na mídia.

Neste trabalho, foi utilizado o estudo de caso, que se apresenta como o método mais indicado para as abordagens propostas neste estudo, uma vez que se trata de uma pesquisa social, cujas questões básicas são do tipo “como” e “por quê” (YIN, 2005), tendo o investigador pouco controle sobre os eventos, que se desenrolam no contexto da

vida real, configurando-se como fenômenos contemporâneos. Quanto à natureza global (*holistic*) ou específica/embutida (*embedded*) do estudo (YIN, 2005), optou-se pela natureza global, dado o caráter holístico de como os casos foram tratados.

Em síntese, pode-se constatar que o trabalho aqui desenvolvido é um estudo exploratório-descritivo, que se vale da metodologia do estudo de múltiplos casos, possuindo uma natureza global.

5.3. Estudos de Caso: Instituições Participantes

A opção pelo estudo de caso foi definida tendo em vista que a proposição deste estudo – o empreendedorismo entre classes sociais de baixa renda como uma das saídas para a inclusão social e profissional – é uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo, ao longo de seu contexto na vida real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidas (YIN, 2005, p. 32).

Os dois casos selecionados partem de objetivos sociais análogos – prefeituras que aderem a programas públicos e privados de fomento ao empreendedorismo para população de baixa renda, desempregados e aqueles que estão no mercado informal de trabalho – e promovem capacitação, treinamento e preparação de grupos que atuam em arranjos produtivos locais, associações e cooperativas que contam com fomentos de incentivos fiscais e outros auxílios. Assim sendo, uma vez que fenômeno e contextos não são sempre discerníveis nas situações do cotidiano e da vida real, tornam-se necessárias estratégias de coleta e análise de dados para dar conta das muitas variáveis de interesse e da diversidade de fontes de

evidências.

Resumindo, o estudo de caso como estratégia de pesquisa propõe um método que reúne vários procedimentos: a lógica de planejamento, as estratégias técnicas de pesquisa, a coleta de dados e as abordagens específicas para a análise dos mesmos, configurando-se como uma “estratégia de pesquisa abrangente” (YIN, 2005, p. 33).

Embora os dois casos selecionados sejam distintos em relação ao tamanho e abrangência das políticas públicas voltadas ao empreendedorismo, ambos apresentam um reconhecimento amplo em função da inovação e dos resultados alcançados. As duas prefeituras foram reconhecidas por essas iniciativas, recebendo prêmios e menções em função delas.

O primeiro caso selecionado para estudo é o da Prefeitura de São José dos Campos, que, desde 1996, dentro da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia, criou a Sala do Empreendedor, com uma série de ações e estratégias para incentivar, promover e acompanhar atividades empreendedoras coletivas (associações, cooperativas e outras) e individuais, visando desenvolver o empreendedorismo como saída para pessoas de baixa renda. Em 1998, foi inaugurado o Banco do Empreendedor Joseense (BEJ), que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), criada pela Prefeitura de São José dos Campos para oferecer suporte financeiro aos pequenos empreendedores (formais e informais) que tenham condições de desenvolverem atividades geradoras de renda. Foram entrevistadas autoridades promotoras das ações, bem como usuários atuais e antigos da Sala do Empreendedor, do BEJ e de outras ações para viabilizar a avaliação das políticas de desenvolvimento socioeconômico.

O segundo caso é o da prefeitura de

Tarumã, cidade do interior de São Paulo, intitulado “Ações inovadoras – geração de renda”, iniciado em 2002, com a parceria do Sebrae. Como prêmio pela sua *performance*, a prefeitura de Tarumã obteve, por duas edições consecutivas, o selo de “Prefeitura Empreendedora”, premiação desenvolvida pelo Sebrae e denominado Prêmio Mário Covas. Em decorrência dessa premiação, o município foi contemplado com uma série de ações promovidas pelo Sebrae, com o objetivo de preparar empreendedores, estimular formação de cooperativas e promover a sustentabilidade.

5.4. coleta de Dados

Tendo em mente que uma pesquisa com base em estudo de caso precisa criar sua própria metodologia, adequando as estratégias propostas aos resultados e conclusões do estudo, configurou-se um plano lógico de atividades, partindo de um conjunto inicial de questões a serem respondidas até um conjunto de conclusões/respostas a essas questões. Foram adotados os seguintes procedimentos: a) organização e levantamento da estrutura dos programas, com base nos relatórios das prefeituras, enfocando-se itens como coleta de dados, etapas de realização, público-alvo, participantes efetivos e resultados do relatório; b) entrevistas pessoais com os dirigentes das prefeituras e pessoas-chave de cada setor envolvido, por meio de questões não estruturadas e com a gravação dos depoimentos; c) aplicação de questionários com questões básicas para monitores, coordenadores e tutores dos programas; d) questionários com questões fechadas para os participantes dos projetos temáticos, procurando-se verificar

o impacto da implantação, os resultados e a continuidade das atividades propostas, os incentivos recebidos e sua aplicação; e) levantamento e análise dos dados obtidos; f) cruzamento dos dados obtidos na pesquisa com os resultados dos relatórios para verificação dos pontos convergentes e divergentes; g) levantamento das dificuldades principais encontradas no processo e dos principais facilitadores; h) relatório final com a descrição da situação atual de cada projeto.

Foi feita uma seleção dos participantes a serem entrevistados: prefeitos e coordenadores gerais preencheram questionários estruturados com perguntas fechadas e abertas e foram entrevistados pessoalmente; os tutores, coordenadores das associações e participantes (alunos e cooperados) responderam aos questionários para avaliação dos resultados dos programas.

5.5. Limitações da Pesquisa

Duas limitações concretas deste trabalho, e que podem ser objeto de futuros estudos, podem ser destacadas. A primeira refere-se à realização de pesquisas dessa natureza com experiências de maior longevidade, buscando identificar os desdobramentos da melhoria do padrão socioeconômico dos beneficiários para seus familiares, no que se refere ao empreendimento e à qualificação profissional. A segunda está relacionada com um melhor entendimento sobre possíveis ajustes e/ou mudanças incrementais que situações conjunturais trouxeram como demanda para as experiências.

Cumprido destacar que, a despeito das limitações inevitáveis em qualquer pesquisa, notadamente as que se apoiam em estudos de caso, os resultados obtidos podem ser usados como base para futuros estudos e

análises que ressaltem a necessidade de políticas públicas inseridas no planejamento integrado e sustentável dos municípios, onde os principais problemas para a erradicação da pobreza e desenvolvimento integrado local podem ser enfrentados, por meio do apoio continuado ao empreendedorismo, ao protagonismo e à educação empreendedora junto à população de baixa renda.

6. Descrição dos Resultados

6.1. São José dos Campos

A dificuldade do poder público em auxiliar novos empreendimentos a conquistarem mercados foi o maior obstáculo verificado nesse programa. Indagados sobre sugestões para futuros programas, os líderes prontamente assinalaram a integração entre os diversos segmentos, particularmente entre as atividades públicas (educação, treinamentos) e as empresas (possíveis fornecedoras ou clientes), passando também pelas “entidades” (ONGs, Sebrae e outras). Entre dirigentes, foi apontada a prevalência do empreendedorismo por necessidade em detrimento ao empreendedorismo por oportunidade (GEM, 2008). Acredita-se que essa opinião possa estar enviesada nos dois programas analisados, pois estes, ao se voltarem para a população de baixa renda, naturalmente não atraem as pessoas que optam pelo empreendedorismo por vislumbrar uma oportunidade de mercado; essas pessoas, geralmente de melhor formação e de maior nível socioeconômico, se dirigem a instituições como o Sebrae ou mesmo universidades, em vez de passarem pelos programas das prefeituras.

Como sugestões para políticas públicas futuras, foram citadas a necessidade de se oferecer um maior número de cursos

para capacitação profissional e a criação de incentivos fiscais e linhas de crédito com juros diferenciados, além do apoio à criação de novas cooperativas.

A análise dos respondentes ao questionário de perguntas fechadas demonstra o foco do programa no jovem, com 90% dos respondentes abaixo dos 45 anos de idade e 67% do sexo masculino. Entre os respondentes, apenas 8% discordam da afirmação “após sua participação, sua qualidade de vida melhorou” e 84% concordam que “sua participação no programa teve relação com sua mudança de qualidade de vida”. Assim, pode-se concluir que o público beneficiário apresenta grande satisfação com as ações realizadas pela prefeitura de São José dos Campos. No entanto, 100% dos respondentes concordam (36% com veemência) com a afirmação “após o término do programa, senti falta de continuidade no apoio público”. Da mesma forma, 91% concordam com “senti falta de suporte em estrutura” e 80% com “senti falta de financiamento”. De modo semelhante, 100% dos respondentes afirmaram “senti falta de oportunidades”, 70%, “senti falta de clientes” e 50% afirmaram “perdi o interesse em empreender”. Por outro lado, 82% afirmaram “aprendi mais sobre o meu negócio”, denotando uma ambivalência de respostas que pode ser atribuída, por um lado, à satisfação com o que foi efetivamente oferecido pela prefeitura em suas ações em prol do empreendedorismo e, por outro lado, à frustração devido à sensação de falta de apoio posterior e não crescimento dos negócios no ritmo esperado.

Assim, após um início cheio de motivação e treinamento, como dar continuidade ao apoio à criação e manutenção de novos negócios por pequenos empreendedores? A resposta ainda inexistente, sendo que o GEM (2008) aponta o caminho da educação para o empreendedorismo, focando na criação de

atitudes e aspirações empreendedoras para o fomento dessas atividades. Essa tríade (atitude, aspiração e atividade), de fato, é considerada o principal componente na identificação do empreendedorismo (ACS; SZERB, 2008). Já Polak (2008) aponta o caminho da criação de mercados internos e vias de comunicação entre o empreendedor de baixa renda e as empresas e/ou público consumidores, com a minimização ou mesmo ausência de incentivos fiscais ou com benefícios especiais. Esse ponto de vista também é, em parte, defendido por Sachs (2005).

Quando questionados sobre “facilidade de venda dos seus produtos após o término do programa”, 40% revelaram sentir-se indiferentes, enquanto 30% concordaram e outros 30% discordaram. Porém, ante a questão “aprendi a fazer mais produtos e serviços”, 100% concordaram, 90% afirmaram “melhorei minha administração” e 80% concordaram com “aprendi a captar recursos”. Novamente aparece alguma ambivalência nas respostas, denotando, porém, um grande aumento na percepção de sucesso ao fazer negócios e captar recursos, com grande aumento na autoconfiança dos respondentes. Por fim, apenas 9% dos entrevistados abriram seu próprio negócio após o término do programa e nenhum deles participou de cooperativas.

6.2. Tarumã

A cidade de Tarumã apresenta condições absolutamente distintas do caso de São José dos Campos. O programa de apoio ao empreendedorismo foi implantado a partir de 2000, na primeira gestão de Oscar Gozzi, e tem continuidade até os dias de hoje, firmando-se como uma das

grandes realizações da prefeitura, e não mais da gestão de um prefeito. Ou seja, virou uma política da cidade.

As entrevistas com líderes e gestores destacaram como grandes conquistas os projetos “Mãos de Mel” e “Arte Tarumã”, que se fixaram comercialmente e hoje empregam dezenas de pessoas em regime de autoemprego e cooperativa. Como erros do programa, foram apontados problemas em identificação e desenvolvimento de lideranças, em espírito de equipe e solidariedade, fatores que causaram o desmantelamento de algumas ações e cooperativas.

Ficou evidente, nas entrevistas, a ênfase na criação de cooperativas e associações, e os resultados alcançados. Os líderes destacaram, assim, a resistência ao novo e dificuldade em se abrirem novos mercados como os principais empecilhos nesses anos iniciais do programa. Acredita-se que parte dessa resistência possa ter se dado pelo receio da população e das empresas de que aquelas sejam apenas ações com objetivo eleitoral; infelizmente, essa é uma realidade concreta no Brasil, a de que projetos de inclusão socioeconômica tenham que sofrer por algum tempo em busca de credibilidade antes de poderem deslançar. A mudança desse espírito de “pé atrás”, de desconfiança, é uma alteração cultural necessária, mas que depende de práticas políticas que coloquem o interesse social acima de objetivos meramente eleitorais.

Quando questionada sobre os desafios futuros, a liderança de Tarumã praticamente citou os itens elencados por Polak (2008) como cruciais para se escapar da pobreza por meio do empreendedorismo: credibilidade no sistema cooperativo, desafio de abertura de mercados, liderança

e comercialização dos produtos gerados pelos novos empreendedores de baixa renda e com poucos contatos (*networking*) para divulgar e distribuir seus produtos.

Segundo as lideranças de Tarumã, um grande diferencial que o programa apresentou foi o envolvimento coletivo, já que os programas foram construídos de maneira participativa com a sociedade, com grande processo motivacional. Tais lideranças foram enfáticas ao declarar que o programa permitiu que cidadãos que antes tinham dificuldade de conseguir emprego colocassem a questão motivacional e educacional como o contexto necessário para a criação de uma “educação para o empreendedorismo”, devendo ser apresentada desde o Ensino Fundamental, com a desmistificação do que é ser empreendedor e a criação de uma “vivência de empreendedorismo”.

Nesse sentido, as respostas das lideranças de Tarumã alinham-se perfeitamente com o proposto pelo GEM (2008), o qual enfoca a educação e treinamento para o empreendedorismo e a criação de ambientes propícios, grandes vetores do aumento das atitudes e aspirações empreendedoras e, conseqüentemente, da atividade empreendedora propriamente dita.

Ficou claro que os participantes desses programas são pessoas que geralmente procuram as prefeituras em busca de ajuda ou de novas atividades. Em resposta à pergunta “como você ficou sabendo desse programa?”, 46% dos entrevistados responderam “quando fui à prefeitura” e 35% disseram “por meio de amigos ou da família”. É interessante notar que, em Tarumã, expressivos 78% responderam “quando visitamos a prefeitura” e 22% responderam “por meio de amigos e

da família”. Isso também era esperado, já que Tarumã é uma pequena cidade e seu principal meio de divulgação dos programas é o boca a boca.

Os respondentes de Tarumã concordaram unanimemente que “após a participação no programa, sua qualidade de vida melhorou” e também que “sua participação no programa teve relação com a mudança em sua qualidade de vida”. Ainda, 67% declararam sentir falta de continuidade no apoio público e 56%, falta de suporte em estrutura e falta de financiamento. Números altos, denotando basicamente a insatisfação com a continuidade do apoio; essa questão, inclusive, foi apontada pelos líderes como um dos problemas de Tarumã, ou seja, a exagerada expectativa dos beneficiários em relação ao apoio contínuo do poder público.

Essa é realmente uma questão que divide a todos. Enquanto Polak (2008) e Yunus (2000) defendem a inexistência de apoio diferenciado, incentivos fiscais ou creditícios, e Sachs (2005), a existência de apoios e subsídios decrescentes, Suplicy (2008) defende a Renda Básica da Cidadania e outros sistemas de transferência de renda para mitigar a pobreza. Oitenta e oito por cento dos entrevistados de Tarumã discordaram das afirmações “senti falta de oportunidades” e “senti falta de clientes”. Apenas 11% afirmaram “perdi o interesse em empreender” e 100% concordaram que “aprendi mais sobre meu negócio”. Essas respostas nos levam a crer que a situação de arrecadação de Tarumã, beneficiada pela presença de uma usina, faz com que sua população alimentasse expectativas exageradas de apoios e incentivos por parte do poder público. Dessa forma, apenas 11% discordam da afirmação “senti facilidade em vender meus produtos” e ninguém discordou da afirmação “aprendi a fazer mais produtos e serviços”, sendo que 89% concordam com a afirmação “melhorei minha administração”. Quanto a “aprendi a captar recursos”, porém,

apenas 11% concordaram e 67% mostraram-se indiferentes, apontando para a necessidade de mais acesso a microcrédito e opções de captação de recursos, o que já fora apontado nas entrevistas com líderes e gestores de programas. Por fim, 44% dos respondentes abriram negócios após a participação no programa e 56% passaram a participar de cooperativas.

7. Considerações Finais

7.1. Síntese Conclusiva das Ideias Desenvolvidas

Verificamos que os programas carecem de etapas finais na criação de um ambiente empreendedor, isto é, precisam de ajuda financeira no que se refere ao funcionamento de um projeto ainda embrionário, que ainda está se desenvolvendo. A grande maioria dos entrevistados das comunidades de São José dos Campos concordou com essa conclusão, em várias entrevistas.

Em Tarumã, por outro lado, o estímulo à criação de cooperativas e a ajuda do governo municipal referente à contratação dessas cooperativas fizeram toda a diferença, o que criou um círculo eficaz nessa pequena cidade; essa descoberta é corroborada por Polak (2008), que destaca, na aquisição de novos mercados, um fator-chave para as pessoas mais carentes lutarem contra a pobreza e melhorar sua qualidade de vida, concernente à população que ganha um dólar por dia. A presença de uma usina na localidade, com fluxo de capital, impostos e contratações também foi um auxílio fundamental, como declarou o prefeito de Tarumã. Essa característica pode ser mais

bem entendida e, apesar das dificuldades, tornar-se modelo para outros programas. Notamos, também, que São José dos Campos desenvolveu um programa consistente de educação empreendedora, abrangendo todas as escolas, desde o Ensino Fundamental. Essas ações foram consideradas cruciais para o sucesso e diferenciação de São José dos Campos, corroboradas pelas conclusões do GEM (2008) e por vários outros estudos. A sugestão, inequívoca, é que todas as políticas públicas de apoio ao empreendedorismo precisam focar e dar ênfase para a educação empreendedora desde o Ensino Fundamental, como forma de aumentar a qualidade e quantidade de atitudes, aspirações e atividades empreendedoras, movendo a região para o empreendedorismo de inovação e de oportunidade.

Por fim, vale ressaltar que as experiências aqui destacadas carecem de articulação com as diferentes áreas do setor público. Não se verifica a existência de sinergia com áreas de formação profissional e acesso a direitos como Educação, Justiça, Assistência Social, Saúde e mesmo programas mais amplos de capacitação profissional. Ou seja, as iniciativas continuam muito focadas na inclusão econômica de maneira isolada, sem levar em consideração as demais necessidades dos grupos sociais no que se refere a sua emancipação e autonomia. Por isso, o alcance tende a continuar restrito.

7.2. Sugestões e Recomendações Finais

Por fim, nossas recomendações finais podem ser resumidas em alguns

itens. O primeiro deles é o estímulo à criação de cooperativas, a fim de dar um maior impulso nos negócios iniciantes, aumentando suas chances de sobrevivência. Um segundo ponto é a criação e manutenção de opções de crédito e microcrédito fortes, fazendo uso de empréstimos coletivos e cooperativas de créditos. Criação de um incentivo de um ou dois anos para essas novas empreitadas, como um incentivo fiscal de um ano ou deduções de impostos para empresas consolidadas, que façam negócios com aquelas recém-fundadas e “protegidas”, é uma terceira sugestão fruto da pesquisa. Um quarto ponto diz respeito à educação empreendedora, como criar um programa “andando com as próprias pernas” para que empresas e cooperativas recém-formadas se estabeleçam com sustentabilidade ou, ainda, criar um programa de educação empreendedora a partir dos Ensinos Fundamental e Médio, com grande ênfase na atração e motivação de jovens para as opções profissionais ligadas ao empreendedorismo. Por fim, criar facilitadores para a abertura e o fechamento de empresas é outra medida sugerida. Muito pouca ênfase tem sido dada ao fechamento de empresas, o que, muitas vezes, eleva os custos e trava empreendedores em suas aspirações e atitudes.

Acreditamos que os estudos de caso efetuados neste artigo tenham destacado as oportunidades e desafios de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo voltadas à população de baixa renda, devidamente inseridas no planejamento integrado e sustentável dos municípios. Vale lembrar que, por ser este um estudo exploratório, mais do que produzir afirmações, seu objetivo foi levantar questões a serem verificadas em futuras pesquisas, tanto nas áreas de Administração Pública como nas áreas de Educação, Sociologia e Cultura, entre outras.

Referências

- ACS, Z. J.; SZERB, L. **Gearing up to measure entrepreneurship in a global economy**. Mimeo, Faculty of Business and Economics, University of Pecs, 2008.
- AMIT, R.; GLOSTEN, E.; MULLER, E. Challenges to theory development in entrepreneurship research. **Journal of Management Studies**, v. 30, n. 5, p. 815-834, 1993.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: atualizada até a emenda constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. 31. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003. (Coleção Saraiva de Legislação).
- Cantillon, R. **Essai sur la nature du commerce en général** (The nature of trade in general), Paris: Institut National D'études Démographiques, 1755.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- DOLABELA, F. **O ensino do empreendedorismo no Brasil**: panorama brasileiro. Brasília: UnB, 1999. Mimeografado.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Governo local, políticas públicas e novas formas de gestão pública no Brasil. **Organizações & Sociedade** (Impresso), Salvador, v. v.7, n.n.17, p. 59-86, 2000.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.
- GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. **Empreendedorismo no Brasil**. Relatório Global, 2008.
- GUIMARÃES, R. P. **El desarrollo sustentable: proposta alternativa o relatório neoliberal**. Revista EURE. Santiago, v. 20, n. 61, 1994.
- HENRIQUES, A.; MEDEIROS, J. B. **Monografia no curso de direito**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (IPEA). **Mudanças recentes na pobreza brasileira**. Série comunicados IPEA, n. 111, 2011.
- JOHNSON, S. **Young social entrepreneurs**. Edmonton: Canadá School of Business University of Alberta: Canadian Centre for Social Entrepreneurship, 2003.
- KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU/Edusp, 1975.
- KIECKHÖFER, A. M. **Promoção do desenvolvimento integrado e sustentável de municípios**. 2005. Tese (Doutorado em Gestão Ambiental) – Faculdade de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- LANDSTROM, H.; BENNER, M. Entrepreneurship research: a history of scholarly migration. In: LANDSTROM, H.; LOHRKE, F. **Historical foundations of entrepreneurship**. Northampton: Edgard Elgar, 2010.

- LOPES, R. **A cidade intencional: planejamento estratégico de cidades**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- MCCLELLAND, D. C. Business drive and national achievement. **Harvard Business Review**, Boston, v. 40, n. 4, p. 99-112, 1962.
- _____. **Entrepreneurship and achievement motivation: approaches to the science of socio-economic development**. Paris: Unesco, 1971.
- _____. Characteristics of success entrepreneurs. **Journal of Creative Behavior**, v. 21, p. 219-232, 1987.
- MELO NETO, F. P. de; FROES, C. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
- OLIVEIRA, E. M. **Empreendedorismo social no Brasil: fundamentos e estratégias**. 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2003.
- POLAK, P. **Out of poverty: what works when traditional approaches fail**. San Francisco: Berret-Koehler, 2008.
- PRAHALAD, C. K. **The fortune at the bottom of the pyramid: eradicating poverty. Through Profits**. New Delhi: Pearson Education/Wharton School Publishing, 2005
- QUINN, J. **Where need meets opportunity: youth development programs for early teens**. *Future of Children*, v. 9, n. 2, p. 96-116, 1999.
- SACHS, J. **The end of poverty: economic possibilities for our time**. New York: The Penguin, 2005.
- SARASVATHY, S. D. Effectuation and causation: toward a theoretical shift from economic inevitability to entrepreneurial contingency. **Academy of Management Review**, v. 26, n. 2, p. 243-263, 2001.
- SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development**. Cambridge: Harvard University, 1934.
- _____. **Capitalism, socialism and democracy**. New York: Harper and Brothers, 1942.
- _____. **The theory of economic development**. Oxford: Oxford University, 1934.
- SEN, A. **Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation**. New York: Oxford University, 1981.
- _____. **Desenvolvimento como liberdade**. 7. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____. Economia solidária. **Estud. av.** [on-line]. 2008, v. 22, n. 62 [cited 2009-10-13], p. 289-314 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020&lng=en&nrm=iso . Acesso em 12 de dezembro de 2008,

SUPLICY, E. **Renda de cidadania: a saída é pela porta.** 5. ed. São Paulo: Cortez Editora da Fundação Perseu Abramo, 2008.

TARUMÃ (Município). **Relatório de atividades.** Projeto ações inovadoras e geração de renda. Prefeitura Municipal de Tarumã, 2001-2002, v. 1 e 2.

VERGARA, S. C. Características do mundo contemporâneo e as repercussões na gestão ambiental. In: VERGARA, S. C.; CORREA, L. de A. (Orgs.) **Propostas**

para uma gestão pública municipal efetiva. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

WOOD, J. **Leaving Microsoft to change the world: an entrepreneur's odyssey to educate the world's children.** New York: Harper Collins, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YUNUS, M. _____. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo: Ática, 2000.